

A contribuição das universidades privadas na produção científica

A produção científica brasileira tem crescido significativamente nas últimas décadas. Dados recentes podem comprovar este fato. De acordo com informações do CNPq (2006), verifica-se que entre 2000 e 2003 as publicações em periódicos nacionais saltam de 67.536 artigos científicos para 165.571 artigos. Para os mesmos anos, os artigos publicados em periódicos internacionais passa de 67.746 para 105.898. Em parte, este resultado se deve a um expressivo fomento por parte do governo na capacitação de pessoal e melhoria da infra-estrutura de pesquisa. CNPq e FAPs têm papel relevante nesse resultado. Entre outros resultados, este incremento refletiu-se, também, na posição do Brasil entre os demais países em termos de produção científica. Em 2004 o país ocupava o 17º lugar e, atualmente, tem a primazia da produção na América Latina, secundado pelo México.

Neste esforço de aumento da produção concorre também a iniciativa das instituições privadas de ensino superior, a quais, pelo menos em casos mais selecionados, procuram conjugar suas necessidades de sustento com os investimentos em pesquisa. Se, com certa razão, algumas instituições privadas de ensino superior carregam algum grau de estigma em relação à pureza de suas intenções, deve-se lutar para separar aquelas que vêm no ensino superior apenas uma fonte contínua de renda certa das que procuram seguir o modelo e padrão de nossas melhores universidades públicas. Entendem essas casas o primado do conceito de Universidade ao exigirem, além de ensino com qualidade, a produção de conhecimento dentro de suas instituições e fomentarem associações com outros centros de pesquisa; em resumo - darem relevo à atividade de pesquisa de seus professores e não apenas considerando a docência como função preferencial desses profissionais. Começam, então, essas casas a apresentarem uma contribuição qualitativa e quantitativa de relevo para o esforço nacional em ciência e tecnologia. De fato, os indicadores de produção confirmam esta tendência.

Entre 1998 e 2002 o incremento de publicações em meios indexados (SCIE/ISI) das universidades públicas no Estado de São

Paulo foi de 62,3%. Para o mesmo período e para este mesmo indicador, as universidades privadas apresentaram o expressivo crescimento de 164,6% (FAPESP, 2004). Esse crescimento, em parte, pode ser devido a um maior entrosamento entre as instituições públicas e privadas. Na área de pesquisa, percebe-se um crescente estabelecimento de relações de investigação compartilhada entre pesquisadores ou mesmo entre laboratórios das entidades públicas e as particulares. De fato, algumas universidades privadas, poucas, é verdade, possuem laboratórios bem equipados e mesmo com tecnologia investigativa avançada que ainda não estão disponíveis em certas universidades públicas com menor investimento por parte de seus mantenedores.

Uma outra possível razão seria a presença, em muitas das universidades privadas, de pesquisadores recém egressos, muitas vezes por aposentadoria, de universidades públicas de excelente qualidade acadêmica. Muitos desses professores, apesar da fase de aposentadoria, possuem ainda elevado potencial de produção e, certamente, uma insubstituível experiência em pesquisa. Ademais, a militância por muitos anos na comunidade científica os fazem levar para sua nova atividade um conjunto, baseado no mérito, de relações e conhecimentos em pesquisa muito forte e que continuam a utilizar para alavancar as atividades de pesquisa, agora sobre novo teto. Assim, em curto espaço de tempo, estas unidades de ensino privado passam a ter um relacionamento com a comunidade científica que, de outra forma, tomaria muitos anos a ser estabelecido e, por conseguinte, começar a apresentar resultados em termos de produção registrada em publicações.

Nesta discussão, convém trazer à cena o futuro papel das universidades privadas. Elas vem crescendo, em número, de forma impressionante na América Latina e o Brasil não foge à regra. Atualmente, o número de matrículas nas casas privadas supera em muito os da universidade pública. Esta expansão, em parte decorre dos fenômenos neoliberais dos anos 80, quando muitas das atividades tipicamente da esfera pública, mas com potencial de exploração, passam a ser geridas pela iniciativa privada. Alguns dados podem auxiliar na montagem deste cenário. No Chile, por exemplo, ao longo da década de 1980, o número de instituições de ensino superior privadas passou de 8 para 180 (CASTRO e NAVARRO, 2002). No Brasil, antes da década de 90, as PUCs e algumas unidades mantidas por instituições religiosas eram praticamente hegemônicas em termos de ensino superior privado. Ao longo dos anos 90 é que inicia-se uma forte expansão das unidades privadas, tanto com ou sem fim lucrativo, levando a um aumento de 84% no número de

matrículas nesse período, para esse setor (McCOWAN, 2005). De fato, os números impressionam. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2006) demonstra 1.807.219 matrículas em cursos presenciais de graduação em IES privadas para o ano de 2000. Para o mesmo ano, as públicas receberam 887.026 alunos. Em 2005, para as mesmas situações, os números passam para 3.260.987 nas privadas e 1.192.189 nas públicas.

Estes e outros números, são eloqüentes para demonstrar uma relativa estagnação das casas públicas. Esta se dá não só pelo reduzido número de novas instituições que se inauguram como pelas políticas reducionistas que as afligem, incluindo, principalmente, a limitação da contratação de novos docentes e, mesmo, a reposição daqueles cargos ocupados por professores que se aposentam. Este tipo de política é altamente reprovável, uma vez que o saber é um bem de estado, uma necessidade pública e um investimento essencialmente de governo. Neste sentido, a presença do estado na produção de ciência é inequívoco, seja em países em desenvolvimento e, com certeza o é, nos países desenvolvidos. Entretanto, para o tipo de cenário que se apresenta no Brasil, a participação das universidades privadas na produção de conhecimento se torna essencial. Duas razões podem ser avocadas aqui: a necessidade de suprir uma redução da produção das universidades públicas e a consolidações, nas casas privadas, do tríduo necessário e maior para a construção de uma casa que mereça o nome de Universidade: o ensino, a extensão e a pesquisa.

Marcos da Cunha Lopes Virmond.

REFERÊNCIAS

1. CASTRO, C. de M.; NAVARRO, J. C. Puede la mano invisible del mercado reparar la educación superior privada? In: ALTBACH, P. (Ed.). *Educación Superior Privada*. Mexico City: UNAM, 2002.
2. CNPq – Indicadores da pesquisa no Brasil. Disponível em: <http://ftp.cnpq.br/pub/doc/aei/indpesq_regiao.pdf>.
3. FAPESP. Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação em São Paulo – 2004, Capítulo 5, Tabela anexa 5 . 8. Disponível em: <http://www.fapesp.br/indicadores/bd3_arquivos/fapesp_2004/cap05/tbanex/ta0508.pdf>.

4. INEP, 2006. Disponível em:
<[http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default
.asp](http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.asp)>.
5. McCOWAN, T. *O crescimento da educação superior privada no Brasil: implicações para as questões de equidade, qualidade e benefício público*. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas 13(27), 2005. Disponível em: <[http://epaa.asu.edu/epaa/v13,
n27](http://epaa.asu.edu/epaa/v13, n27)>.